

Proletários de todos os Países UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO P.C.P.

O COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO

APONTA O CAMINHO PARA O FORTALECIMENTO DO PARTIDO, PARA FAZER FACE AO TERRORISMO E À PROVOCAÇÃO E PARA A MOBILIZAÇÃO DAS MASSAS NA LUTA PELA PAZ E PELOS INTERESSES DOS TRABALHADORES.

GES
PCP

Na última reunião ampliada do Comité Central do nosso Partido, realizada no mês de Abril último, foram analisados importantes problemas que dizem respeito à vida interna do Partido e à sua acção na mobilização das massas na luta pela Paz e pelo Pão. Na impossibilidade de darmos aqui uma informação detalhada de todos os problemas versados, publicamos um resumo dos principais pontos abordados na ordem de trabalhos à base das seguintes intervenções:

“Vigilância revolucionária, crítica e auto-crítica, nível ideológico” (camarada GOMES), e “o caminho na luta pela defesa da Paz e dos interesses dos trabalhadores” (camarada AMILCAR). A intervenção do camarada ALBERTO consistiu fundamentalmente sobre a elevação do nível ideológico e político do Partido.

SOBRE VIGILÂNCIA REVOLUCIONÁRIA

O Comité Central do Partido verificou que:

1º—O salearismo procura infiltrar no nosso Partido os seus agentes e espiões, o mesmo acontecendo com os serviços de espionagem norte-americanos e ingleses instalados no nosso país.

2º—A Pide conhece hoje muitos aspectos do nosso trabalho assim como a existência de camaradas e organizações em vários pontos do nosso país, nomeadamente no Norte, nas Beiras, em Lisboa, no Alentejo e no Algarve. Há nestas regiões vários camaradas assinalados pela Pide que esta não prendeu mantendo-os sob vigilância no objectivo de manter o pânico nas organizações e na esperança de que esses camaradas sirvam de isco para a localização de outras organizações e camaradas. Esta localização de camaradas e organizações deve-se à traição e cობардия perante a Pide de indivíduos que pertenciam a organizações de base do Partido e que já foram expulsos, deve-se a traições abjectas de cobardes como Mesquita, Sequeira, Carlos Gaspar, Joaquim Ventura e outros e aos traidores e espiões que, ao serviço do fascismo, estavam aninhados no Partido, como Manuel Domingues, Eurico Ferreira e Teixeira.

3º—O Comité Central tem hoje razões poderosas para afirmar que a prisão dos camaradas ALVARO CUNHAL, MILITÃO RIBEIRO, JOSÉ MOREIRA e o assalto à tipo-

grafia de Coimbrões se deve à acção do espião Manuel Domingues, não sendo de descartar que a prisão dos camaradas Almeida e Colélia se deve também à acção deste traidor e espião. Estes factos não aliarão em nada a expulsão de José Martins que foi expulso como traidor em Março de 1950 por ter denunciado à policia as casas do Partido que conhecia. Entretanto, nem todos os assaltos a casas do Partido têm a sua origem nestas traições. Alguns deles devem-se a um trabalho conspirativo deficiente e à infracção de resoluções do Partido em matéria conspirativa.

4º—O Comité Central verificou que alguns camaradas e simpatizantes manifestem desconfiança em relação ao Partido. Essa desconfiança revela-se quando inventam pretextos absurdos para fugir à realização de tarefas, quando revelam descrença no Partido e quando entram na crítica fácil, sem qualquer conteúdo construtivo. Estas manifestações partem, na sua maioria, de pessoas que pertencem às classes médias.

O Comité Central salientou que no fundo destas manifestações «críticas» e de desconfiança se esconde o receio da feroz repressão salazarista e que tudo isto se filia no baixo nível ideológico e político e no deficiente espírito de classe. O contrário se dá com a esmagadora maioria dos militantes operários e camponeses assim como das massas trabalhadoras sem partido que dão provas de firmeza e de confiança inabalável no Partido Comunista. O medo à repressão turva a inteligência de alguns camaradas que, esqueceram completamente as atitudes heróicas frente ao inimigo da maioria esmagadora dos quadros funcionários do Partido, se esqueceram que a vida do Partido está cheia de milhares de exemplos de comportamentos heróicos, esqueceram os nomes de BENTO GONÇALVES, CALDEIRA, FERREIRA MARQUES, TOMÉ, AMÉRICO GOMES, VIDIGAL e tantos outros, esqueceram os exemplos mais recentes das duas dezenas de funcionários e funcionárias, à frente dos quais está o camarada ALVARO CUNHAL, e das camaradas que, como MILITÃO RIBEIRO e JOSÉ MOREIRA preferiram a morte a trair o Partido; esqueceram o exemplo de milhares de camaradas operários, camponeses, empregados e intelectuais que desde sempre têm sabido enfrentar o inimigo e defender o Partido.

Os camaradas que revelam falta de confiança no Partido e na classe operária devem ser ajudados rapidamente a compreender o seu erro. Sem isso, a sua presença no Partido é nociva aos interesses do Partido e do Povo.

5º—O Comité Central verificou que nestes últimos tempos se tem intensificada a vigilância revolucionária e a defesa do Partido. Foram expulsos dos quadros de funcionários e do Partido vários indivíduos que se revelavam vacilantes e cobardes. Em Lisboa foram descobertos, escurraçados e desmascarados dois espíões aninhados nas organizações de base do Partido. Porém estas medidas, embora representem um grande passo para a defesa do Partido, são ainda insuficientes. É necessário intensificar mais e mais a vigilância revolucionária de classe e fazer reinar dentro do Partido uma verdadeira disciplina de ferro em matéria conspirativa.

6º—Para que se possa exercer uma verdadeira vigilância revolucionária é necessário que cada organismo do Partido conheça a vida dos camaradas que a compõem. O recrutamento deve ser cuidadoso e não deverão ser admitidos no Partido novos camaradas sem a aprovação da direcção local ou regional. O recrutamento deve fazer-se especialmente entre a classe operária e camponesa, entre os homens e mulheres que mais se destacuem nas lutas pela Paz, pelo Pão e pela Democracia.

O controle de execução é uma das formas mais eficazes de exercer a vigilância revolucionária. O controle de execução é, como disse o camarada Staline, «controlar os militantes não segundo as suas promessas e declarações mas segundo os resultados do seu trabalho».

7º—O Comité Central verificou ser necessário armar os camaradas e as organizações com as experiências obtidas na luta contra a provocação e a espionagem. Por outro lado, é preciso continuar a discutir no Partido o porte dos comunistas na policia. Aqueles que se mostrarem vacilantes ou não mostrem interesse em discutir este assunto da máxima importância devem ser imediatamente ajudados e se ainda persistirem na dúvida sobre o seu porte na policia devem ser imediatamente afastados da actividade partidária.

8º—O Comité Central verificou que há ainda camaradas do Partido que não se

souberam afastar de traidores e provocadores como Piteira Santos, Antonino de Sousa e outros. Deve intensificar-se a vigilância no sentido de estes e outros tipos serem isolados e desmascarados. E os camaradas que depois de terem discutido esta questão continuarem a ter relações com indivíduos desta espécie devem ser afastados do Partido.

SOBRE A CRÍTICA E A AUTO-CRÍTICA

Conforme o camarada Duarte definiu no Informe de organização ao 2º Congresso Ilegal, «para a criação duma unidade de vontade e de acção tem uma importância decisiva a crítica e a auto-crítica». Embora existam alguns progressos no campo da crítica e da auto-crítica, o Comité Central verificou que há ainda muitas deficiências a eliminar neste terreno e que é necessário intensificar a crítica e a auto-crítica e estar atento a toda a crítica, venha ela donde vier. Devemos animar e fomentar a crítica construtiva dos escalões inferiores aos superiores.

A CRÍTICA deve ser fundamentada e construtiva. Devemos esforçar-nos por descobrir a verdadeira origem dos erros cometidos e ajudar os camaradas a reconhecer e a rectificar os erros na prática. A crítica deve ser feita serenamente e em termos correctos. A experiência mostra-nos que uma crítica pouco serena, mesmo que tenha um fundo justo, perde a objectividade. A crítica deve também ser feita no seu lugar e na altura própria, no organismo a que pertencemos e quando se discutem e analisam os problemas. Devemos, pois, estar em guarda contra a crítica fácil e ligeira. A experiência mostra-nos também que a crítica quando é feita apressadamente é, na maior parte das vezes, inútil e até contraproducente.

A AUTO-CRÍTICA deve corresponder ao reconhecimento dos erros cometidos, mas em actos e não só em palavras. A Direcção do Partido verificou que há camaradas que depois de reconhecerem um erro voltam a repetir erros semelhantes. Devemos estar em guarda e ser intrínsecos com estas reincidências. A reincidência revela, na maior parte das vezes, presunção, pessoalismo e subestimação do Partido.

Devemos estar atentos e ser intrínsecos para com as nossas deficiências e com as dos outros camaradas, trazendo-as à discussão para dentro do Partido. Desta forma fortaleceremos e elevaremos o nível político do nosso Partido.

SOBRE O NÍVEL IDEOLÓGICO

O Comité Central verificou mais uma vez que algumas das causas das deficiências e incompreensões assinaladas estão no baixo nível ideológico de todo o Partido. É preciso eliminar a nossa debilidade ideológica rapidamente. Neste sentido, é preciso intensificar o estudo. Estudar Marx, Engels, Lenine e Staline é uma tarefa das mais importantes. A história do Partido Bolchevique deve ser estudada pelos camaradas que têm em seu poder exemplares desta obra. A história do Partido Bolchevique é um dos mais valiosos auxílios da nossa preparação ideológica e política.

Mas isto só por si é insuficiente. Precisamos de ligar a teoria à prática e à experiência da nossa luta. Neste sentido, devemos estudar os materiais do nosso Partido, como o «Avante!», o «Militante» e os informes do Secretariado e do Comité Central do Partido ao 1º e 2º Congresso e às reuniões do C.C. em 1947-1949.

O estudo não deve ser acidental nem uma tarefa das horas vagas. Todos os dias devemos estudar. A elevação do nível ideológico, tal como a prática da crítica e da auto-crítica, é uma poderosa contribuição para eliminar a presunção, a indisciplina, o individualismo e outros defeitos do mesmo tipo. Cada camarada da Direcção do Partido deve não só desenvolver o maior esforço para a elevação do seu próprio nível ideológico como para o desenvolvimento dos camaradas funcionários e dos camaradas das organizações do seu sector, particularmente dos militantes mais responsáveis.



AS ACCÇÕES DE MASSAS

ÉIS O CAMINHO NA LUTA PELA DEFESA DA PAZ E DOS INTERESSES DOS TRABALHADORES

**GES
PCP**

«As desgraçadas condições de vida das massas trabalhadoras, que não cessam de se agravar em consequência da política salazarista de guerra e de protecção aos monopólios, só podem melhorar pela luta contínua e crescente das massas. As lutas de massas são a melhor forma para forjar a Unidade da classe operária e com ela a Unidade Nacional que levará ao levantamento da Nação contra a camarilha salazarista, ao seu derrubamento».

Partindo desta justa constatação, o Comité Central chama a atenção de todas as organizações do Partido e de todos os seus militantes para a necessidade de estarem mais atentos aos problemas das massas, com vista à organização e desencadeamento de novas e mais vigorosas acções em defesa da Paz e pelos interesses vitais dos trabalhadores, manuais e intelectuais.

Para mobilizar, organizar e dirigir acertadamente as massas em acções concretas pela defesa da Paz e pelas suas reivindicações económicas, é preciso que cada organização do Partido, que cada militante comunista viva e sinta profundamente os problemas mais cadentes das massas trabalhadoras. Daqui a necessidade imperiosa de estar sempre na ordem de trabalhos nas reuniões de todos os organismos do Partido, desde a célula ao Comité Central, a rubrica, **LUTA DE MASSAS**.

Um dos factores fundamentais para a boa condução e desfecho dos movimentos, pugnantes ou grandes, pela defesa da Paz e pelas reivindicações económicas dos trabalhadores é a **ORGANIZAÇÃO**. Muitas vezes, pensa-se que a agitação e a propaganda decidem tudo. Em certos casos o uso a torto e a direito do manifesto, da circular, etc., esconde apenas a impotência das organizações do Partido e outras, para mobilizar e organizar as massas e dirigi-las na luta pelas suas reivindicações.

Mes, não se vá supor que tenha havido ou haja agitação e propaganda a mais e que estas não tenham uma enormíssima importância.

«A agitação e propaganda escritas são necessárias e hoje mais do que nunca, não apenas em maior número, mas mais em qualidade. É necessário mesmo que o nosso Partido desenvolva ainda maiores esforços para que a agitação e a propaganda esclarecedoras em defesa da Paz se tornem mais regulares e largas, que cheguem onde ainda não chegaram. É necessário que o nosso Partido e todos os seus militantes trabalhem ainda mais esforçadamente para que a agitação e propaganda escritas não continuem restritas a 3 ou 4 regiões do país».

«A importância da agitação e propaganda escritas é enorme para mobilizar, organizar e unificar as massas populares, não apenas para a luta em defesa da Paz e pelas reivindicações económicas, sociais e culturais dos trabalhadores, mas também para a luta pelo derrubamento da camarilha salazarista de traição nacional».

«Mas a agitação e propaganda não resolvem tudo. Só por si resolvem mesmo muito pouco. É preciso termos sempre presente que a **ORGANIZAÇÃO** é o factor fundamental para a vitória das forças democráticas e da Paz sobre o fascismo e a guerra. Sem **ORGANIZAÇÃO** nem sequer se podem editar regularmente documentos e muito menos distribuí-los entre as massas populares. Sem uma boa **ORGANIZAÇÃO** não podem ser sequer levadas à prática as consignas expressas em tais documentos. Sem **ORGANIZAÇÃO**, a palavra de ordem, «**DEFENDAMOS A PAZ!**» Não poderá chegar a todas as localidades do Continente, Ilhas e colónias.

Ao assinalar a participação cada vez mais activa e organizada do MND e do MUDJ nas lutas de massas do nosso povo pela Paz, a Democracia e a Independência Nacional, o Comité Central chama a atenção de todas as organizações e militantes do Partido, no sentido de ser dada uma maior contribuição ainda para a reorganização e criação de novas Comissões do MND. Todas as organizações e militantes do Partido devem desenvolver os maiores esforços no sentido de levarem a classe operária e restantes trabalhadores a organizarem as suas Comissões do MND e do MUDJ e a participarem de forma mais activa e em maior número nos organismos dirigentes

estes dois movimentos democráticos nacionais. O Comité Central constatou que uma grave debilidade do Movimento Nacional Para a Defesa da Paz e dos movimentos reivindicativos de carácter económico reside na fraca organização existente, nuns casos, e na falta de vida orgânica colectiva das Comissões de Defesa da Paz e das Comissões de Unidade existentes, noutros casos. **ESTE FACTO COLOCA ANTE O NOSSO PARTIDO A NECESSIDADE IMEDIATA DE ABRIR UMA AMPLA DISCUSSÃO EM TODOS OS SEUS ORGANISMOS, DE FORMA A ENCONTRAREM-SE AS SOLUÇÕES PRÁTICAS PARA AJUDAR EFECTIVAMENTE A CRIAÇÃO EM PORTUGAL DE UM MOVIMENTO PARA A DEFESA DA PAZ COM CABEÇA, TRONCO E MEMBROS, CAPAZ DE DESENVOLVER E ORGANIZAR AMPLAS LUTAS DO NOSSO POVO PELA DEFESA DA CAUSA SAGRADA DA PAZ.**

Importa, pois, que as organizações e militantes do nosso Partido estabeleçam a si próprios a tarefa inadiável de ajudar a criar em todo o país uma forte rede de Comissões de Defesa da Paz para coordenarem e dirigirem a luta de nosso povo pela defesa da Paz e da Independência Nacional. Importa que as organizações e militantes do Partido saibam agitar as reivindicações mais queridas dos trabalhadores nos seus respectivos locais de trabalho e saibam levar os operários e os camponeses, os empregados e os intelectuais, as mulheres e os jovens a criarem as suas Comissões de Unidade para coordenarem e dirigirem a luta pela conquista das suas justas reivindicações. A base da luta dos trabalhadores pelas suas reivindicações tem que assentar obrigatoriamente na luta pela defesa da Paz.

«Daqui resulta a necessidade de uma participação mais ampla e mais activa da classe operária. Para isso é necessário que ela cerre as suas fileiras e se una. A Unidade da classe operária é o factor fundamental para o desenvolvimento da luta pela defesa da Paz. A REALIZAÇÃO DA UNIDADE DA CLASSE OPERÁRIA ESTÁ NA ORDEM DO DIA COMO NA ORDEM DO DIA ESTÁ A LUTA PELA DEFESA DA PAZ». Os comunistas, todos os trabalhadores mais esclarecidos, não podem deixar um só momento de esclarecer as largas massas trabalhadoras de que a causa mais directa da sua situação de miséria é devida à política salazarista de guerra que consome a maior parte das receitas nacionais na compra de armamento no estrangeiro, na construção de obras improdutivas de carácter militar e na manutenção de grandes contingentes de soldados nas fileiras. **O ENRELAAMENTO DAS LUTAS REIVINDICATIVAS DE CARACTER ECONOMICO COM AS LUTAS PELA DEFESA DA PAZ É UMA TAREFA FUNDAMENTAL QUE SE COLOCA ANTE TODO O PARTIDO.** É necessário dar consciência a todos os trabalhadores de que um movimento por aumento de salários, contra o desemprego, etc., representa efectivamente uma luta pela defesa da Paz, e que uma luta contra a descarga de armamento, contra a cedência de bases militares aos imperialistas americanos-britânicos, etc., representa uma luta séria por melhores condições de vida para os trabalhadores para o povo. Importa, pois, que todas as organizações do Partido discutam em todas as suas reuniões estes problemas no sentido de se encontrarem as formas de acção práticas mais adequadas para cada caso concreto dado, dentro da orientação geral do nosso Partido.

«Por outro lado, e este é um aspecto muito importante, a orientação de muitas lutas que tiveram lugar nem sempre foi a melhor. O carácter legalista, por um lado, e estreito, por outro, tem predominado e, por isso, os resultados alcançados na maioria dos casos não passam de promessas. Legalistas, porque apenas por meio de exposições e comissões isolados junto dos Sindicatos e INT. Estreitas, porque algumas Comissões de Unidade actuam isoladas, não dão conta das suas delícias às massas. E isto sucede porque as células do Partido não vivem os problemas das massas, não os discutem, e, por isso, não podem estar em condições de dirigir as operações para o principal campo de batalha: **A EMPRESA, A LUTA DIRECTA JUNTO DO PATRONATO.** Não estão em condições de poderem coordenar a luta no campo principal com as acções de massas, com as Comissões de Unidade à frente, junto dos

Sindicatos, não para se mendigar a boa vontade das direcções, mas para forçar estas a defenderem as reivindicações dos trabalhadores. Muitas vezes as cábulas do Partido fecham-se na concha, mantêm-se absolutamente estranhas ao que as rodeia. **ACABAR COM TAL ESTADO DE COISAS E PÔ-LAS A VIVER OS PROBLEMAS DOS TRABALHADORES E ATENTAS A TUDO QUE AS RODEIA, EIS A NOSSA GRANDE TAREFA.**

«A direcção fundamental que deremos indicar às massas na luta pelas suas reivindicações é pois a empresa. Na empresa está o explorador, na empresa os trabalhadores estão mais perto uns dos outros, é na empresa, portanto, que se devem travar os combates principais».

Ao analisar a participação dos camponeses na luta pela defesa da Paz e pelo melhoramento das condições de vida, o Comité Central, constatou que: «A fraca participação dos camponeses na luta pela defesa da Paz, particularmente dos camponeses do Alentejo, é uma outra gravíssima deficiência a assinalar. Mesmo tendo em conta as dificuldades com que o Partido luta nesse sector, o carácter tão grave dessa deficiência (nem lutas pela defesa da Paz, nem lutas reivindicativas de carácter económico, nos últimos tempos) filia-se, quanto a nós, no facto de as organizações do Partido mais responsáveis do sector não sentirem vivamente os problemas da Paz e os problemas particulares dos camponeses. Os próprios camaradas de Direcção do sector — o próprio Comité Central — não estudam convenientemente os problemas dos camponeses e do campo. E, daí a ausência da lutas, tanto de carácter reivindicativo como pela defesa da Paz».

A primeira condição para se vencer esta grave deficiência do nosso trabalho **«É PÔR AS ORGANIZAÇÕES CAMPONESES DO PARTIDO A DISCUTIR OS PROBLEMAS DA GUERRA E DA PAZ.** A segunda é os organismos dirigentes do Partido, particularmente o organismo dirigente do sector, acompanharem mais de perto a situação e porem em prática um verdadeiro controle de execução. **UMA VEZ TRACADA A ORIENTAÇÃO E INDICADAS AS TAREFAS, O CONTROLE DE EXECUÇÃO É O FACTOR FUNDAMENTAL PARA A SUA REALIZAÇÃO PRÁTICA».**

Ao analisar a participação das mulheres na luta do nosso povo pela Paz e por melhores condições de vida, o Comité Central constatou a existência dentro do Partido de uma grave subestimação em relação a uma mais larga participação organizada das mulheres nessa luta e que a debilidade da organização das mulheres se filiava, em primeiro lugar, nessa subestimação. Alertando o Partido para esta grave deficiência, o Comité Central exorta todos os comunistas a vencerem audaciosamente este atraso, por meio de uma larga discussão crítica e auto-crítica em todos os organismos do Partido, de maneira a encontrarem-se as soluções adequadas para levar a vinda as graves incompreensões existentes em relação à participação da mulher nas lutas da classe operária, dos trabalhadores, do nosso povo pela Paz, pelo Pão, pela Democracia e a Independência Nacional — de vencer todas as dificuldades que se opõem à organização das mulheres.

Um dos aspectos mais importantes a ter em conta em todas as acções de massas a favor da Paz e pelas reivindicações económicas, sociais, políticas e culturais dos trabalhadores manuais e intelectuais, da juventude e das mulheres, é a luta sem desfalecimentos contra a repressão fascista. Ao organizar-se a mais pequena acção de massas contra a guerra e o fascismo, por aumento de salários, por melhores condições de trabalho e de estudo, etc., é necessário encararem-se sempre medidas concretas de acção para a defesa dos militantes da repressão fascista. Um outro aspecto não menos importante, é a mobilização e organização das massas para acções cada vez mais vigorosas pela libertação dos partidários da Paz e democratas presos — pela AMNISTIA geral para os presos, perseguidos e exilados políticos.

E, ao terminar a sua intervenção na citada reunião alargada do Comité Central, o Secretariado chamou a atenção de todo o Partido para a necessidade de se: «Estudar atentamente os problemas da Paz e da guerra, estudar diariamente e viver os proble-

mas interesses da classe operária em particular e das massas trabalhadoras em geral, organizar lutas cada vez mais numerosas, mesmo pequenas, pelos interesses vitais dos trabalhadores e entrelaçá-las sempre que possível com a luta pela defesa da Paz, eis o que a situação nos impõe imperiosamente.

Importa, como tarefa de primeiro plano, estudar e discutir colectivamente a imprensa do Partido e fazer com que seja estudada e discutida em todas as organizações do Partido. Claro que não se trata de estudar e discutir por estudar e discutir, mas sim para que sejam compreendidas a orientação e as indicações nela indicadas pelo nosso Partido, para que assim possam ser levadas à prática junto das massas. Por outro lado, como medida de certo alcance, é necessário que façamos chegar a imprensa do Partido às mãos de todos os democratas honrados, mesmo às daqueles que não tenham actividade prática por aí além, ou que seja mesmo nula, mas que tenha certa influência política entre certas pessoas.

Fortalecer e alargar a Unidade da classe operária e de todos os trabalhadores na luta pelos seus interesses vitais; fortalecer e alargar a Unidade de todos os portugueses honrados na luta sagrada pela defesa da Paz e pela Democracia, por um governo democrático e amigo da Paz, eis a pesada mas honrosa tarefa que se coloca ante o nosso Partido. Realiza-la na prática, eis o que se impõe ao Partido, a todos os comunistas.

«Para alcançar estes objectivos, o único caminho: justo a seguir são as acções de massas dos trabalhadores pelas suas reivindicações. Organizá-las, eis a tarefa imediata de todas as organizações do Partido: dos centros industriais e dos campos, eis a tarefa de todos os comunistas».

AINDA SOBRE A «POLÍTICA DE TRANZIÇÃO»

Como «política», a chamada «política de transição» de há muito foi liquidada e eliminada das fileiras do nosso Partido. O 2º Congresso ilegal e o Comité Central do Partido puseram a nu o carácter oportunista e liquidacionista de tal «política», colocaram ante todo o Partido as causas fundamentais que lhe deram nascença e apontaram os prejuízos que causou ao nosso Partido.

Desde o 2º Congresso ilegal que não há um só membro do Partido que tenha estado no Tarrafal no período em que a chamada «política de transição» foi elaborada, ou que ainda hoje ali se encontre, que não cosider errada, oportunista e, portanto, anti-revolucionária tal «política» e que não tenha aprovado e aprove inteiramente a linha política do Partido traçada nos seus 1º e 2º Congressos ilegais.

Não há pois, como pensam erradamente alguns camaradas, que voltar a discutir de princípio a chamada «política de transição» para se arrumar definitivamente o problema. MAS APENAS QUE CONTINUAR A EXIGIR DE TODOS OS CAMARADAS QUE PARTICIPARAM NA ELABORAÇÃO E DEFESA DE TAL «POLÍTICA». E QUE AINDA O NÃO FIZERAM, AS SUAS AUTO-CRÍTICAS, O RECONHECIMENTO FRANCO E ABERTO DOS SEUS ERROS.

O nosso Partido e o seu Comité Central, como é sabido, não se contentaram, e muito bem, com o facto de todos os camaradas terem reconhecido como absolutamente estranha ao marxismo-leninismo e, portanto, ao partido do proletariado, a chamada «política de transições». O nosso Partido e o seu Comité Central não se contentaram, por exemplo, com o facto de os camaradas Ramiro, Francisco Miguel, Manuel Rodrigues da Silva (os dois últimos de novo presos nas masmorras salazaristas) e outros, de se terem entregado por inteiro ao Partido. Exigiu de todos eles, uma análise profunda às causas, às razões, que tornaram possível o aparecimento da chamada «política de transições». Neste sentido o Comité Central do Partido tem ajudado todos os bons camaradas que participaram na elaboração e defesa de tal «política» a encontrarem essas causas, tem-os ajudado a servirem-se correctamente da arma da auto-crítica, a reconhecerem franca e abertamente os seus erros perante o seu Partido.

As condições de feroz clandestinidade em que lutamos, a estadia nas prisões fascistas de alguns camaradas, a prisão posterior de outros que elaboraram e defenderam a chamada «política de transição», e, também, a incompreensão de outros quanto à gravidade dos seus erros e responsabilidades, tem impedido que todos os casos individuais estejam já resolvidos.

De um modo geral todos os bons camaradas com responsabilidades na elaboração e defesa da «política de transição», quer em liberdade, quer na prisão, têm feito esforços para elaborar em auto-críticas que satisfaçam o Partido, têm feito esforços, com a ajuda do Comité Central, para encontrarem as causas fundamentais que deram origem ao aparecimento dessa política oportunista e liquidacionista. Sucede, porém, que, apesar disso, ainda nem todos souberam, ou foram capazes de encontrar essas causas. Naturalmente que isto revela uma grave deficiência desses camaradas, que se filia, sem dúvida alguma, no seu baixo nível político e ideológico. Ajudá-los a vencer tal deficiência é uma tarefa de todo o Partido e, em primeiro lugar, do seu Comité Central.

Aos camaradas que se encontram nas primeiras linhas de combate pela defesa dos interesses vitais dos trabalhadores, da causa sagrada da Paz, da democracia e da independência nacional, como os camaradas Ramiro, J. P. e M. o Comité Central do Partido tem podido ajudá-los de uma forma mais substancial e directa e exigido também mais, em conformidade com as responsabilidades de cada um. POR ISSO, TODOS ESTES CAMARADAS TÊM OS SEUS CASOS INTEIRAMENTE RESOLVIDOS PERANTE O PARTIDO. E não é apenas em palavras que isto sucede. Depois das afirmações aqui expressas, e mesmo muito antes (o camarada Ramiro há já 6 anos), estes camaradas têm demonstrado na prática o reconhecimento dos seus erros. O trabalho prático de cada um deles na dura luta clandestina, confirma inteiramente a sua dedicação ao Partido da classe operária e o repúdio das ideias oportunistas consubstanciadas na «política de transição». No que se refere aos camaradas que se encontram nas massmorras salazaristas a situação é bem diferente, a situação é bem mais difícil. Embora se haja dado grandes passos em frente, esses camaradas ainda não foram capazes de encontrar e reconhecer todas as causas fundamentais que deram origem à chamada «política de transição».

APENAS ISTO E NADA MAIS RESTA SER ARRUMADO DEFINITIVAMENTE PELO NOSSO PARTIDO.

Alguns camaradas levantaram dúvidas quanto à situação do camarada RAMIRO no Partido. Isto revela também uma grave incompreensão. O simples facto de o Secretariado Central do Partido ter publicado uma auto-crítica do camarada Ramiro, era já por si uma prova cabal de confiança do Partido nesse camarada. Parece que os camaradas que levantaram essas dúvidas ainda não compreenderam que a auto-crítica, o reconhecimento franco e aberto dos erros próprios, LONGE DE DIMINUIR O MILITANTE E O PARTIDO, OS ENGRADECEM, SÃO UMA PROVA DE HONRADEZ E DE FORÇA.

O camarada RAMIRO goza de inteira confiança do Partido e reocupa com honra o seu lugar no Comité Central, para o qual foi eleito no 2º Congresso Ilegal em 1946.

Impossibilitados tecnicamente de publicar na integra algumas auto-críticas há já um curto tempo em poder do Secretariado, aproveitamos o facto de termos voltado a falar na chamada «política de transição», para publicarmos alguns extratos de três delas, respectivamente dos camaradas Ramiro, J. P. e M., com o objectivo de contribuir para ajudar outros camaradas que ainda não fizeram as suas auto-críticas e loco o Partido a servirem-se desta arma de progresso e fortalecimento do Partido e desenvolvimento político e ideológico dos seus quadros.

COMEÇAREMOS PELA DO CAMARADA RAMIRO:

Cada militante consciente do nosso Partido tem, para poder bem servir o seu Partido, a classe operária e o nosso povo, de saber pôr, EM TODAS AS CIRCUNSTÂNCIAS, bem acima dos seus próprios interesses e paixões pessoais, os interesses

das massas trabalhadoras e as opiniões da maioria dos seus camaradas.

Cego pelo personalismo e pela presunção, eu recusava-me a ver onde estavam os verdadeiros interesses do nosso Partido e do nosso povo e, atolado no oportunismo, servi assim indirectamente os inimigos de classe. Não querendo ouvir nem compreender as opiniões expressas nas cartas da Direcção do Partido para a Organização Comunista Prisional do Terrafel (OCPT), recusando-me a compreender a justeza das suas críticas às minhas ideias erradas, eu afastava-me irremediavelmente da justa linha do nosso Partido e não escutava as directrizes da sua Direcção. E isto era tanto mais grave, quando eu era um dos camaradas mais responsáveis pela elaboração e defesa da chamada «política de transição».

A minha posição no Terrafel era de molde a reflectir-se junto dos camaradas que se encontravam ligados à OCPT, dado o facto de eu ter feito parte do C.C. do Partido no exterior e de pertencer à direcção da OCPT. Assim, eu fui um dos principais responsáveis pelas ideias erradas e anti-leninistas que foram defendidas pelos camaradas que fizeram parte da OCPT e que ficaram conhecidos pela designação de «política de transição».

Assentando toda a «política de transição» numa falta de confiança no Comité Central do Partido e na classe operária, ela constituiu um fraccionalismo ideológico dentro do Partido, era um factor de deseducação e de indisciplina actuando continuamente junto dos camaradas da OCPT.

«Quebrando a confiança dos nossos camaradas da OCPT na Direcção do Partido, eu e os restantes responsáveis da OCPT desarmávamos os nossos camaradas para a luta, sabido, como é, que essa confiança firme, inabalável, no Partido, na sua Direcção e no futuro da classe operária, que nos coube para a luta e nos dá armas para enfrentarmos os nossos inimigos, ESTEJAMOS EM QUE SITUAÇÃO ESTIVERMOS.

A falta de confiança na Direcção do Partido representa sempre, em última análise, falta de confiança no próprio Partido, pois se temos confiança neste, não poderemos admitir que possa estar à sua frente gente que não mereça a nossa confiança nem a confiança das massas. Se não temos confiança no Partido, que é o Partido da classe operária, não poderemos ter confiança nesta, pois não se pode confiar politicamente numa classe que não está organizada partidariamente, que não é capaz de formar o seu partido de classe. E, finalmente, se não temos confiança na Direcção do Partido, nem no Partido, nem na classe operária, em que poderemos ter então confiança? Onde está o nosso revolucionarismo? Com que armas vamos para a luta?

A resposta a estas perguntas é simples: vamos desarmados para a luta; procuramos a libertação do nosso povo, não no seguimento da justa linha política estabelecida pela Direcção do nosso Partido, não através das lutas encabeçadas pelo nosso Partido, não através das lutas da classe operária como classe revolucionária, mas procuramos sim a libertação do nosso povo na acção dos políticos burgueses, em putschs militares e em revoluções de palácio, organizadas pelos partidos burgueses e pelos fascistas descontentes. Esta era, na sua essência, a base real em que assentava todo o oportunismo da chamada «política de transição».

O SIMPLES FACTO DE NÓS NEGARMOS CAPACIDADE DIRIGENTE À DIRECÇÃO DO PARTIDO LEVOU-NOS, DE DEGRAU EM DEGRAU, E SEM DISSO NÓS APERCEBERMOS, A NEGAR CAPACIDADE DIRIGENTE AO NOSSO PARTIDO E À CLASSE OPERÁRIA E A PROCURARMOS O DERRUBAMENTO DO FASCISMO, NÃO NAS LUTAS DE MASSAS ENCABECADAS PELO NOSSO PARTIDO, MAS SIM NA ACÇÃO INDIVIDUAL DOS POLITICOS BURGUESES, FOSEM ELES DEMOCRATAS OU FASCISTAS DESCONTENTES.

Nós, em lugar de reforçarmos o respeito dos nossos camaradas pela Direcção do Partido, apresentando tudo quanto havia de justo e de heroico na sua actuação, apoucávamos o seu trabalho dirigente, púnhamos em causa a justeza da sua orientação. Negando capacidade dirigente aos verdadeiros dirigentes do nosso Partido e do nosso povo, nós virávamos a atenção e a consideração dos nossos camaradas presos para os dirigentes da OCPT, endeusávamo-nos em nós próprios. Alimentávamos assim, e por esta forma, a nossa presunção e o auto-suficiência. Ao mesmo tempo, negávamos à classe operária e ao nosso Partido a possibilidade de melhorar continuamente os seus quadros e de



forjar novos quadros no fogo vivo da luta.

A «política de transição», pelo seu carácter oportunista servia, não o Partido, não a classe operária, não o nosso povo, mas sim os nossos inimigos de classe. Como os clacais, que rondam nas trevas em procura dos cadáveres em decomposição, a burguesia reacção procura a decomposição política dos quadros proletários para tentar fazer deles instrumentos de combate, na sua luta contra os partidos comunistas e contra a classe operária.

A burguesia salazarista não escapou a «política de transição» como manifestação de decomposição ideológica dentro do nosso Partido. Assim é que, tanto num artigo publicado no jornal «A Voz», como numa entrevista concedida a um jornalista do SNI pelo renegado e traidor Dr. António Júdice, de Coimbra, se fazem referências ao carácter «moderado» da «política de transição» e se espera ver no camarada Ramiro um titista em embrião.

A reacção procura alimentar a rebeldia e o fraccionismo dentro dos partidos comunistas, na esperança de forjar novos renegados, novos Titos, novos traidores à classe operária, novos inimigos da grande causa do Comunismo, da Paz e da Democracia. Escusado será dizer que neste caso, como em muitos outros, a burguesia reacção se enganou redondamente e que veio bater à má porta.

Como responsável dum desvio oportunista condenado justamente pelo meu Partido, reconheço abertamente o meu erro e declaro categoricamente que para mim a existência só pode ter significado quando ligado ao meu Partido, onde quero lutar até morrer! A minha causa é só uma: a do proletariado português na sua luta pelo triunfo do Comunismo, da Paz e da Democracia.

PASSEMOS AGORA À AUTO-CRÍTICA DO CAMARADA M:

Ao fazer a minha auto-crítica, depois da leitura de todos os materiais, eu quero salientar, camaradas, o muito que devo ao Partido, no paciente trabalho de esclarecimento que empreendeu, para nos fazer compreender onde estava a razão dos nossos desvios e quais as consequências que deles adviriam, se tivessem sido postos em prática; para levar a todo o Partido a noção do que representam certos desvios e de como se torna necessária uma verdadeira vigilância bolchevique que evite o desabrochar de perigosas ideias oportunistas e liquidacionistas, que podem partir de militantes que tenham dado ao Partido o melhor do seu esforço e dedicação...

Considero inteiramente justas as vossas críticas quando ao facto de termos perdido a confiança na classe operária e no nosso Partido e de termos, por esse facto, enveredado pela política liquidacionista, que preconiza o seu recuo para segundo plano, a sua quase dissolução no MUNAF, o desaparecimento da sua imprensa central, a política de compromisso com elementos fascistas, em desfavor de uma verdadeira política revolucionária de classe, que busca o seu principal apoio na classe operária e nas massas trabalhadoras.

Dessas críticas (o camarada M. refere-se às críticas feitas pela OCPT à Direcção do Partido), desse desrespeito pela Direcção Central do Partido e muito e muito de toda a auto-suficiência em que se tinham desenvolvido os quadros forjados na prisão saíram as posições mais desconsoladoras, as atitudes mais opostas a tudo quanto se tinha imaginado sobre a capacidade dos membros do Partido educados no Tarrafal. Em vez de uma abnegação verdadeiramente revolucionária surgia um pedantismo satisfeito de si mesmo, um enfatuamento intelectual que em tudo decidia superiormente, e um acentuado menosprezo por tudo quanto vinha dos camaradas que tinham permanecido na luta e dirigiam o Partido. Forjados na crítica fácil e no oportunismo, esses camaradas não podiam deixar de descambar nas atitudes mais impróprias de comunistas, que iam desde a solução do seu caso pessoal, em primeiro lugar, até ao desprestígio do Partido, até à malfeitoria e à traição.

Caiu-se, por tudo o que fora o trabalho de educação política dos membros da OCPT, no menosprezo pela acção ilegal do Partido, no desejo do succe-

so pessoal à sombra de uma actividade que o esforço ilegal dos quadros directivos do Partido e de todos os seus militantes ajudara a construir. Deslumbraram-nos os sucessos da luta de unidade democrática e convencemo-nos, por toda a formação oportunista que ganháramos, que era nela que devíamos enfileirar e não no trabalho duro da ilegalidade, na acção clandestina do Partido, que não traz os louros da vitória imediata, mas o mais severo anonimato.

TERMINAREMOS COM ALGUNS EXTRATOS DA AUTO-CRITICA DO CAMARADA J.P.:



Não tenho a menor dúvida em reconhecer que, com a «política de transição», nós demos origem, no Tarrafal, ao aparecimento de uma fracção ideológica, no seio do nosso Partido. Isto é tanto mais grave quanto é certo que alguns dos camaradas nela envolvidos, tinham responsabilidades de Direcção Central.

Pouco importa que, nas nossas cartas para a Direcção do Partido, a «política de transição» fosse apresentada, apenas, como «matéria de estudo» e que, mais tarde, ainda se dissesse que «nunca a discordância antes apontada, levou a qualquer diminuição do sentido da disciplina, da unidade de acção e pensamento, no Partido». Embora de palavra, nos tivéssemos afirmado, sempre contra todo o fraccionalismo, no caso da «política de transição», a prática desmentia-o claramente. Que assim era, prova-o a forma pretenciosa como alvejamos a Direcção do Partido, nas críticas à sua orientação, criando, no espírito dos camaradas do Tarrafal, uma ideia de incapacidade em relação aos dirigentes do Partido no exterior, do mesmo passo que se elevava a nossa. Prova-o o trabalho de educação que se fazia nos nossos círculos de estudo, com base na «política de transição». Prova-o ainda o tom categórico com que nos dirigíamos à Direcção do Partido, como que a impôr uma «política» que dizíamos a mais justa.

Poder-se iam citar outros exemplos, mas os que ficam chegam para mostrar à evidência, como a «política de transição» levou de facto, ao aparecimento de uma fracção ideológica no seio do Partido. Deste modo, no momento em que os destinos do mundo estavam em jogo; num momento em que os Partidos Comunistas eram chamados a um papel de extrema importância, para assegurar a consolidação e desenvolvimento ulterior das conquistas alcançadas com a guerra, num momento, portanto, em que novas e grandiosas lutas apareciam já em perspectiva e em que a unidade forte dos Partidos Comunistas era uma condição indispensável para poderem enfrentá-las com êxito, nós, comunistas presos no Tarrafal, quebramos essa unidade no nosso Partido. Em si mesma, a nossa atitude era já uma «infracção» a um dos princípios fundamentais em que assenta todo o funcionamento e actividade do nosso Partido. Nas circunstâncias em que foi cometida, as consequências que teve e, sobretudo, as que teria, se tivéssemos levado de vencida tudo o que se opunha à «orientação» que defendíamos, seriam verdadeiramente desastrosas.

A presunção e auto-suficiência, fizeram escola, de tal modo se insinuava e exagerava o valor dos militantes, que ali se encontravam e o que havia a esperar deles no exterior. O enfatuamento, o tipo de militante impertigado e com manias de sabedor, eis aí um dos frutos colhidos de toda a «educação» feita na base da «política de transição». Em proporções maiores ou menores, todos nos ressentimos disso. A modéstia, esse ornamento precioso que tanto caracteriza as figuras de maior relevo do movimento comunista internacional, e que deve ser timbre de todo o militante comunista, existia apenas de palavra.

Quais foram então, as causas fundamentais que deram origem à «política de transição»? Ei-las (conforme a resposta que a isso deu a Direcção do nosso Partido, a qual tem a minha inteira confiança: a) A falta de confiança na classe operária e no Partido; b) a má preparação política e o baixo nível ideológico dos camaradas que elabora-

ram e defenderam a «política de transição»; c) incompreensões acerca da 2ª guerra mundial e acerca da natureza do fascismo e circunstâncias que o engendraram; d) a sobrestimação da própria capacidade política, presunção e auto-suficiência.

A falta de confiança no Partido transparece, por sua vez, e bem claramente, na maneira como subestimamos a capacidade política da sua Direcção e do Partido no seu conjunto. Foi assim que considerámos que toda a influência e prestígio ganhos pelo Partido se deviam não tanto aos seus méritos próprios, mas sim à projecção que tinha no país os êxitos e o prestígio crescente alcançados pela URSS e pelos partidos irmãos. Esta evidente falta de confiança no Partido reforça ainda mais o que dissemos sobre a falta de confiança na classe operária. Com efeito, como se podia depositar confiança na classe operária e no povo em geral, quando a sua vanguarda não no-la merecia? Foi todo um processo a que, logicamente, fomos levados sem darmos por isso.

Em princípio, nós proclamávamos, a todo o instante, a necessidade da luta de classes, o papel eminentemente de vanguarda da classe operária, a indispensabilidade do Partido, como Estado Maior da Revolução, a necessidade da luta contra o «putch», a vigilância e a luta contra todas as manobras do imperialismo. Na prática, a «política de transição» reduziu tudo isso a fórmulas vazias sem qualquer sentido prático.

No momento que atravessamos, o nosso povo, como todos os outros, defronta problemas graves. Isso põe deante do nosso Partido novas e grandiosas tarefas — a luta pelo Pão e pela Democracia, a defesa da Independência Nacional, a grandiosa luta pela Paz. O inimigo espreita. Recorre a todos os meios para desferir-nos golpes de morte e destruir o nosso Partido — o Partido da classe operária e do povo, o grande campeão da luta pela Paz. Impõe-se pois que cada militante saiba corresponder ao que o momento exige de nós: Reforçar a confiança na Direcção do Partido e unir à sua volta. Reforçar a crítica e a auto-crítica. Reforçar o trabalho colectivo. Reforçar as medidas de defesa do Partido, a vigilância revolucionária, o control sobre nós próprios, a disciplina, a acção junto das massas, a melhoria de todo o nosso trabalho.

DISCIPLINA PARTIDÁRIA

SOBRE AS PRISÕES NO ALGARVE

No «Militante» nº 67, foi publicada uma resolução disciplinar na qual foram expulsos do Partido vários indivíduos que traíram perante a polícia no decorrer dos processos de 1948 e 1950-51. O Secretariado, independentemente de aguardar informações mais precisas sobre alguns outros, desde já **RESOLVE EXPULSAR DO PARTIDO** mais os seguintes indivíduos:

Salvador Taquelim, LAGOS. Além de ter traído na polícia, tem procurado sistematicamente esconder a sua traição. Já depois de sair da prisão roubou centenas de escudos que lhe foram entregues para dar ao Partido. Mais recentemente, sentindo-se desmascarado, este canalha fugiu para Lisboa, vendendo-se ao inspetor prisional Dr. Orbilio Barbas, aceitando deste agente fascista um emprego.

Joaquim Ventura e David Rosa, ambos de SILVES.

Joaquim Gonçalves, José de Sousa Marques e Joaquim Gerónimo, todos de FARO. José Nortinha, de PORTIMÃO.

O Secretariado, apesar de já terem sido expulsos publicamente, resolve insistir no desmascaramento de Ilídio Rodrigues, José Celestino de Jesus e José Molero da Purificação, todos de PORTIMÃO, os quais se encontram presentemente ao serviço da PIDE, Manuel Leiria, OLHÃO, e Martins Boronha, de FARO.

«Um membro do Partido Comunista Português, força política de vanguarda na luta pela Democracia, a Independência Nacional e uma Paz Duradora, não tem quaisquer declarações a fazer à polícia política, instrumento de repressão violenta exercida contra os trabalhadores e contra os portugueses democratas, patriotas e partidários da Paz! (Alvaro Cunha).»

**GES
PCP**